

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

EMILY PABLYNNE DA SILVA PIRES  
PEDRO HENRIQUE TORRES DA ROCHA

**TRAVESTIS:  
O LUXO DO ENVELHECER**

RECIFE/2021

EMILY PABLYNNE DA SILVA PIRES  
PEDRO HENRIQUE TORRES DA ROCHA

**TRAVESTIS:  
O LUXO DO ENVELHECER**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Professor(a) Orientador(a): Ma. Maricelly Costa Santos e Ma. Lylian José Félix da Silva Cabral

P667t

Pires, Emily Pablynne da Silva

Travestis: o luxo do envelhecer. / Emily Pablynne da Silva  
Pires; Pedro Henrique Torres da Rocha - Recife: O Autor, 2021.  
40 p.

Orientador: Me. Maricelly Costa Santos; Coorientador:  
Lylian José Félix da Silva Cabral

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro  
Universitário Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Serviço Social,  
2021

1.Travesti. 2. Terceira Idade. 3. Envelhecimento  
Travesti. Centro Universitário Brasileiro. - UNIBRA. II. Título.

CDU: 364

EMILY PABLYNNE DA SILVA PIRES  
PEDRO HENRIQUE TORRES DA ROCHA

**TRAVESTIS:  
O LUXO DO ENVELHECER**

Artigo aprovado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, por uma comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

---

Ma. Lylian José Félix da Silva Cabral  
Professora Orientadora

---

Ma. Maricelly Costa Santos  
Professora Orientadora

---

Marília Rufino de Menezes  
Professora Examinadora

---

Jéssica Alline de Melo e Silva  
Professora Examinadora

Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

NOTA: \_\_\_\_\_

*“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.”*

*Paulo Freire*

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos se configuram, para nós, a parte mais difícil de ser escrita no trabalho, o colossal sentimento de gratidão é indescritível. Queremos, pois, render graças às causas e condições que nos deram oportunidades de pensar criticamente; a todo aprendizado construído ao longo dos anos de existência do Serviço Social, desde a fundação da Congregação das Filhas da Caridade, perpassando pelo Movimento de Reconceituação Profissional, até os dias de hoje. Obrigado é pouco demais.

Todavia, para começar, queremos agradecer àqueles que estiveram conosco nesses momentos de luta durante a caminhada acadêmica, aos nossos professores que tanto nos encorajaram a escrever sobre um tema delicado e ainda pouquíssimo discutido, mas sobretudo, queremos agradecer ao Bom Deus que até aqui nos ajudou. “Porque DEle, por Ele e para Ele são todas as coisas” (Rm 11,36).

Agradecemos imensamente ao Servo de Deus e Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos, Dom Helder Câmara, que nos deixou a reflexão e legado que diz: “não deixe cair a profecia”. Que não deixemos, portanto, calar a luta dos marginalizados e oprimidos da sociedade.

Dando continuidade, queremos agradecer aos nossos pais e amigos, bem como agradecer de modo especial as pessoas que nos desencorajaram a escrever o TCC sobre esse grupo invisibilizado, pois o desencorajar nos motivou ainda mais a subir a piracema do social e com o nosso trabalho contribuir com a luta das travestis. “Se discordas de mim tu me enriqueces”, dizia o Dom.

Somos gratos também a toda turma do noturno 2018, pelos quatro anos de debates, problematizações e brigas que culminaram em profundas reflexões sociais e contribuíram para o nosso pensar crítico.

Emily Pablynne Silva Pires  
Pedro Henrique Torres da Rocha  
Recife, outono de 2021.

*“E diariamente você tem que sobreviver às  
pessoas...”*

*Nany People*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....</b>	<b>4</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>5</b>
<b>4 ENTENDENDO O CONCEITO DE TRAVESTI.....</b>	<b>5</b>
4.1 Construção da Identidade Travesti.....	5
<b>5 MARCOS HISTÓRICOS DA CENA TRAVESTIDA.....</b>	<b>9</b>
5.1 Stonewall: a luta ganha visibilidade.....	10
5.2 Era a vez das travestis.....	13
5.3 O Serviço Social e a luta das travestis.....	14
<b>6 A RESISTÊNCIA DAS TRAVESTIS.....</b>	<b>15</b>
6.1 Prostituição das travestis: um problema social.....	18
<b>7 O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO TRAVESTI .....</b>	<b>22</b>
7.1 Corpos que resistem.....	22
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>29</b>



## TRAVESTIS: O LUXO DO ENVELHECER

Emily Pablynne Silva Pires

Pedro Henrique Torres da Rocha

Professoras Orientadoras: Ma. Lylian José Félix da Silva Cabral

Ma. Maricelly Costa Santos

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo abordar os desafios do envelhecimento das travestis brasileiras na contemporaneidade. Buscamos entender os problemas sociais intrinsecamente ligados ao modo de vida das travestis, bem como trazer à superfície este tema tão pouco debatido no Serviço Social e na comunidade LGBT. Procuramos fazer um resgate histórico do envelhecimento e das velhices travesti distinguindo-as das velhices heteronormativas. Investigamos as causas que contribuem para o drama da solidão, depressão e baixa expectativa de vida desse segmento populacional. Afirmamos também que, no Brasil, ainda há uma enorme transfobia estrutural a ser vencida que dificulta o processo de concretização de políticas sociais que contribuam para uma boa qualidade de vida e, conseqüentemente, um bom envelhecer. Pretendemos com isso contribuir com a promoção da visibilidade das travestis e chamar a atenção para a urgência de implementação de políticas públicas voltadas a essa população duplamente marginalizada. Evidencia-se neste trabalho que o contexto social, classe e etnia no qual a travesti está inserida contribui significativamente em sua expectativa de vida.

**Palavras-chave:** Travesti. Terceira idade. Envelhecimento travesti.

**ABSTRACT** : This work aims to address the aging challenges faced by contemporary Brazilian dragsters. We tried to understand the social issues that are intrinsically linked to the lifestyle of Brazilian transvestites and brought up this issue that is little discussed in social services and in the LGBT community. We tried to review the history of aging and old age of transvestites and differentiate them from heterosexual old age. We investigated the causes of loneliness, depression and low life expectancy in this population. We also confirm that there is still a huge structural phobia to be overcome in Brazil, which makes it difficult to implement social policies that help to improve the quality of life and, consequently, promote aging.

**Keywords:** Transvestite. Third Age. Aging transvestite.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata acerca do envelhecer das travestis (o “T” da sigla LGBTQIA+ — lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, intersexo). Com o envelhecimento acelerado da população brasileira superando a taxa de natalidade, torna-se necessário ampliar a visão a respeito dos envelhecimentos, e a terceira idade das travestis, aqui tratada, merece destaque, tendo em vista que poucas chegam a essa etapa, precisamente devido à vulnerabilidade e marginalização de seu estilo de vida. Poucos são os estudos sobre esta temática no Serviço Social evidenciando que ainda temos muito a percorrer na reivindicação dos direitos da população idosa, sobretudo da população travesti, Henning (2017) reforça:

Mais recentemente têm surgido, ainda que de maneira tímida, publicações que abordam, com distintos aprofundamentos, processos de envelhecimento de bissexuais, transgêneros, transexuais, intersexos, pessoas que se identificam como *queer*, entre outros sujeitos (HENNING, 2017, p. 290).

Míccolis e Daniel (1983), por sua vez, afirmam que tratar das orientações sexuais desviantes implica assumir determinada postura, ou trata-se de um ponto de vista exterior, dito científico, ou se fala de dentro, isto é, como as orientações dissidentes falam. Neste último caso, pode-se gerar ideias romantizadas, defensivas, explicativas etc. Partindo deste pressuposto, traremos a afirmação acima para discutir a perspectiva das travestis, onde é importante uma visão crítica, panorâmica, da totalidade que integra as vivências, sem alheamentos ou alienação. Por esta razão, buscamos neste trabalho unir o olhar crítico à experiência das travestis.

Muitas são as razões que nos impulsionaram a escrever sobre a problemática da trajetória sócio-biográfica e envelhecimento das travestis no Brasil, principalmente a baixa expectativa de vida deste grupo. Como se dá o envelhecimento e a velhice das travestis? Quais os motivos que contribuem para a mortalidade precoce? Diante dos poucos estudos sobre a temática no Serviço Social sentimos-nos instigados a desenvolver a investigação aqui proposta. Impelidos a contribuir com a causa, demos preferências a autoras travestis e, deste modo, contribuir com a visibilidade da luta.

No entanto, embora tratado de maneira crítica, este trabalho não intenciona apresentar as travestis como vítimas em busca de compaixão. Como estudantes da temática do envelhecimento das travestis, objetivamos expor o quadro problemático, a situação social das travestis brasileiras e mostrar como a sociedade, a política, os

discursos fundamentalistas e o Estado estão tratando essas pessoas. Ou como estão omitindo-se em relação a elas.

Segundo Ramalho (2019), no imaginário popular, as travestis aparecem como vilãs infratoras da ordem social, aberrações da natureza, doentes, criminosas e promíscuas cuja identidade dissidente confronta as normas e rompe a binaridade de gênero culturalmente construída. E é nesta arena ideológica que, alijadas do social, as travestis travam suas batalhas diárias pelo direito de existir e se manifestar – ainda que timidamente.

Ainda segundo Ramalho (2019), as razões do estereótipo da travesti envolvida com drogas e prostituição estão alicerçadas no senso comum, sobretudo nas propagandas discriminatórias veiculadas pela rede jornalística que as criminaliza com matérias sensacionalistas apresentando-as ora como violentas e perigosas ora como personalidades ridículas e mentalmente transtornadas. Tal propaganda contra este grupo legitimou-se ideologicamente pelos formadores de opinião, principalmente no discurso moralista conservador, todavia, não tendo as travestis lugar de fala, o estereótipo caricaturado fixou-se no imaginário coletivo.

Levando em consideração que o humor e a comunicação digital consagram preconceitos e reforçam a discriminação e o estereótipo baseando-se perspectiva da ordem social, estes promovem comportamentos transfóbicos movidos pelo medo e repulsa, criando assim uma verdadeira caça às bruxas contra a população travesti, engendrando um clima de violência socialmente aceito e banalizado. As travestis, por sua vez, também reagem violentamente.

[...] se sofrem violência, elas a merecem porque são travestis; se adoecem, elas buscaram a doença; se passam fome, é porque não são suficientemente trabalhadoras; se sofrem assédio sexual, é a conclusão fatal da prostituição; se são discriminadas no bar, não se comportaram bem; se não conseguem emprego, são vagabundas; e toda uma ordem de enunciações que podem ser explicativas das experiências das travestis com o social [...] (Ramalho, 2019, p. 51, apud Ferreira, 2014, p. 110).

De acordo com João Silvério Trevisan (2018), a LGBTfobia estrutural, que opera ideologicamente, faz com que muitas famílias ainda expulsem de casa os seus entes queridos ainda na tenra idade quando começam a expressar sinais de uma possível homossexualidade afeminada. Sendo assim, poucas chegam à velhice, uma vez que passam pela vida sendo alvo constante de piadas, discriminações, exclusão social e crimes de ódio manipulados pelas ideologias transfóbicas fomentadas no bojo dos discursos morais e no fundamentalismo religioso.

Assim, vivendo na contracorrente, as travestis destacam-se como gênero autônomo e insubordinado frente à expectativa hétero-cis-normativa<sup>1</sup>, onde tudo que foge ao padrão é considerado anormal. Fora do mercado de trabalho, muitas veem na prostituição uma forma de ganhar dinheiro sem se despir de sua identidade. No entanto, levando em consideração o contexto arriscado de vida das travestis, a idade social sobrepõe-se à idade biológica, fazendo com que sejam reconhecidas velhas (leia-se ultrapassadas) muito cedo, por volta dos 35 anos. Tempos líquidos, citando Bauman<sup>2</sup>, em que a cultura do descartável marginaliza e silencia duplamente as travestis que já não mais atendem as expectativas dos clientes da prostituição, sendo rejeitadas e lançadas à própria sorte sem dignidade e amparo social.

Com os vínculos familiares há muito rompidos, não há muitas alternativas para as travestis, que não raro buscam conforto nas drogas e, em casos extremos, muitas cometem suicídio. Evidenciando-se assim, um problema social cuja pior face se dá na não-equidade e no intervir deficiente frente às demandas deste segmento populacional. Os desafios de envelhecer com dignidade, superando a marca das estatísticas dos 35 anos da expectativa de vida das travestis brasileiras, são árduos. Tendo em vista que as poucas que chegam à terceira idade vêm de situação de rua, sobrevivendo aos percalços da discriminação, invisibilidade e exclusão social, deparam-se na velhice com a dupla invisibilidade: a omissão do Estado no amparo à velhice e com a discriminação social por ser LGBT e, sobretudo, por ser uma LGBT idosa.

Além disso, o preconceito, alicerce das violências que reduz a expectativa de vida das travestis, viola princípios éticos e políticos do Serviço Social, e combatê-lo é uma das bandeiras do agir profissional do assistente social, como está preconizado no artigo IV do Código de ética do Serviço Social, que se empenha no incentivo do respeito e à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. Também o Estatuto do Idoso vigente desde 2013, preconiza e prevê no Art. 10, § 2: O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade

---

<sup>1</sup> Hétero-cis-normativo, ideologia que postula o comportamento hétero e a identidade cisgênero, isto é, quando o gênero social condiz com o sexo biológico, como única forma legítima de comportamento/sexualidade.

<sup>2</sup> Zygmunt Bauman (1925-2017), sociólogo polonês criador e desenvolvedor do conceito de “Modernidade Líquida”, que se expressa em relações frágeis, maleáveis e fugazes.

física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

No primeiro tópico trataremos da construção da identidade travesti pós-Revolução Sexual (1960-1970) quando a travestilidade fixou-se como gênero autônomo, dissociando-se do transformismo artístico. Logo em seguida, no segundo tópico, abordaremos as lutas sociais que deram visibilidade e ajudaram na politização da classe e, como consequência disso, a conquista dos direitos. No quarto, falaremos, pois, da resistência das travestis frente às demandas inerentes às idiossincrasias da cena deste grupo, bem como os problemas sociais que o cercam. No quinto e último, mas não menos importante, daremos foco à problemática das travestis que vencem a expectativa de vida deste segmento e envelhecem.

## **2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO**

O presente trabalho consiste em um fruto de estudo exploratório que utilizou como instrumento a pesquisa bibliográfica, realizada a partir, principalmente, das análises das obras “Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil” (KULICK, 2008), “Devassos no Paraíso” (TREVISAN, 2018), “Virar Travesti” (RAMALHO, 2019), “Eu, Travesti” (MARILAC; QUEIROZ, 2019) dentre outras importantes obras que problematizam essa temática dentro e fora do âmbito das Ciências Sociais de cuja fonte teórica bebe o Serviço Social.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados (SEVERINO, 2013, p.76)

Utilizamos aqui como procedimento metodológico a pesquisa social crítica, com ênfase nas vicissitudes do envelhecer da comunidade travesti, seu desenvolvimento histórico de lutas por afirmação da identidade conflitante com a norma hegemônica, levando em consideração todos os fatores sociais que contribuíram para a construção desta identidade elástica. Demos preferência a livros, sites e artigos, respeitando o lugar de fala do grupo “T”, assim como autores que estudaram a referida comunidade. Servimo-nos das obras de Henning (2017) e também dos seminários e cadernos lançados pelo conjunto CFESS-CRESS entre 2015 e 2017 que debateram a temática do envelhecimento não-normativo no âmbito do Serviço Social e seus impactos sociais na contemporaneidade.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 Aspectos gerais e específicos do envelhecimento não-normativo

Este trabalho trata acerca do processo de envelhecimento da comunidade “T”, isto é, trans e travestis, com ênfase neste último grupo. Segundo Henning (2017), em termos históricos, houve uma atenção exacerbada para algumas letras da sigla identitária LGBT, cuja letra G foi sobrerrepresentada (leia-se privilegiada) em detrimento das demais. Neste sentido, ao tratarmos da velhice, cabe ressaltar que as expressões desta etapa da vida são multifacetadas, nunca padronizada, pois leva-se em conta o contexto sociocultural onde o indivíduo envelhece.

Partindo do quadro geral ao específico, pontuamos que o retrato homogeneizador do envelhecimento e da expectativa heteronormativa da velhice faz parecer que esta ocorre de maneira padronizada entre todos os grupos identitários da sigla LGBT, o que se mostra uma falácia quando concentramos a atenção no recorte travesti, cuja identidade incapaz de ser mascarada e trajetória de vida marcada pelo preconceito, vulnerabilidade social e violência impede que estas envelheçam com qualidade e quiçá cheguem à velhice.

### 4 ENTENDENDO O CONCEITO DE TRAVESTI

*“Abra a porta desse armário que não tem censura pra me segurar...”*

Proibido o Carnaval – Daniela Mercury

#### 4.1 Construção da Identidade Travesti

Os estudos de sexo e gênero, em meados dos anos 1970, e seu desenvolvimento possibilitaram abordagens sobre a construção da identidade a partir de vários aspectos, como nacionalidade, raça e classe social, como afirma Oliveira (2017). Os estudos voltados a essa temática, no bojo da Revolução Sexual (1960-1970), evidenciaram a construção social das identidades e os papéis sexuais culturalmente impostos, colocando em xeque a percepção de gênero a partir de termos e funções universais associadas a eles. Deste modo, Yuval Harari (2014) sustenta:

A cultura tende a argumentar que proíbe apenas o que não é natural. Mas, de uma perspectiva biológica, não existe nada que não seja natural. Tudo o que é possível é, por definição, também natural. Um comportamento verdadeiramente não natural, que vá contra as leis da natureza, simplesmente não teria como existir e, portanto, não necessitaria de proibição

[...] Na verdade, nossos conceitos de “natural” e “não natural” não são tirados da biologia, mas da teologia cristã. O sentido teológico de “natural” é “de acordo com as intenções de Deus, que criou a natureza (HARARI, 2014, p. 154).

No esteio dessa noção, contemporaneamente, o termo “gênero” corresponde à forma de diferenciar aspectos biológicos dos sociais, sendo “sexo” relacionado à biologia e gênero à cultura, como postula Neto (2018). Silva *et al.* (2019), por sua parte, sustenta:

A sociedade conservadora [...] que relaciona gênero com a genitália, ou seja, se o indivíduo possui pênis é homem, se tem vagina, é mulher. Tal raciocínio descaracteriza a identidade de gênero, colocando os transgêneros em um espaço de desigualdade e marginalização, deixando-os vulneráveis a vários tipos de violência (SILVA *et al.*, 2019, p.4).

Historicamente pautados no contexto brasileiro conservador, alicerçado nos pilares dos dogmas religiosos, hetero-cis-normativo<sup>1</sup>, as expressões de gênero (isto é, como os indivíduos expressam o gênero sociocultural por meio de vestes, jeitos e afins) conjuntamente com as sexualidades desviantes da norma, são vistas como perturbações à ordem social, tendendo-se, com isto, marginalizá-las como forma de reprimi-las, uma vez que a sexualidade, teoricamente, teria como finalidade a procriação e não o prazer. Na perspectiva histórica, João Silvério Trevisan (2018) salienta:

No Código Penal Republicano (1890), o travestismo era contravenção: determinava-se a punição de quinze a sessenta dias de prisão para quem tomasse ‘trajes impróprios de seu sexo’ e os trouxesse ‘publicamente para enganar (TREVISAN, 2018, p.163).

Apesar de tal reprimenda, a palavra “travesti” foi inicialmente aplicada aos homens que se travestiam de mulher no carnaval cuja finalidade era, por parte de alguns, o entretenimento; quanto a outros, pretexto para durante alguns dias extravasar seu eu reprimido, comenta Trevisan (2018). Contudo, posteriormente, na virada do século XX, esse termo tornou-se conceito e fora adotado por alguns indivíduos como identidade permanente.

Não obstante, segundo Kulick (2008), ser travesti não consiste apenas em usar roupas do sexo oposto, mas enquanto gênero autônomo, uma vez que as travestis não se definem como mulheres. As travestis incomodam, porque rompem a regra do silêncio do “faça mas não diga”. Apesar disso, expressam visualmente em seus corpos o gênero autodefinido atraindo para si a revolta social. Apesar disso, Kulick (2008) reitera que as travestis têm como principais características o identificar-se com a



estética feminina sem, contudo, reivindicar ser mulher, como também identificar-se com determinados códigos socioculturais deste universo.

Embora sejam identidades distintas, percebe-se que ainda hoje há no senso comum brasileiro a dificuldade em distinguir as travestis das mulheres trans. Apesar de viverem estilos de vida culturalmente associados ao feminino, as travestis brasileiras não cogitam remover o pênis, pois entendem-se como homossexuais masculinos, que pelo desejo ardente de conquistarem os homens, tornam-se esteticamente mulheres como objeto de desejo masculino. As mulheres trans, por sua vez, identificam-se com o gênero feminino podendo ou não recorrerem à cirurgia de transgenitalização, explana Kulick (2008, p. 22). Assim sendo, Neto (2018) reforça trazendo a seguinte contribuição:

O tornar-se travesti consiste em ser percebido e nomeado pelo outro, esquecer o nome de batismo e (re)nascer com o nome escolhido pelos mais diversos motivos. Travestis são aquelas que trabalham, modificam e transformam seus corpos com o objetivo de aproximar-se do corpo feminino. Além dessas transformações, a indumentária usada cotidianamente é feminina, bem como a identidade, não havendo o desejo de recorrer ao recurso cirúrgico para a transgenitalização (NETO, 2018, p. 18).

As travestis se fazem presentes em todas as cidades brasileiras, pequenas ou grandes e no imaginário social do povo. Muitos as veem indissociadamente à prostituição ocupando as esquinas à noite, como uma vaga silhueta numa rua mal iluminada ou nas páginas sensacionalistas de noticiários policiais; no entanto, definir as travestis por esses pontos é demasiado superficial, é imprescindível levar em consideração a formação da identidade ao longo da vida. Parodiando a filósofa existencialista e ativista política francesa, Simone de Beauvoir, “não se nasce travesti, torna-se travesti”. Nesse sentido, “fatores biológicos, sociais, psicológicos, religiosos, econômicos, legais e outros interferem diretamente em como as pessoas vão exercer e manifestar sua sexualidade” (NOGUEIRA *et al.*, 2020, p. 26).

A travestilidade como modo de vida parece ser um fenômeno endêmico brasileiro (latino-americano, por extensão), tendo em vista que dificilmente encontraremos outro lugar no mundo onde indivíduos borram as fronteiras do gênero e ainda assim afirmam-se como homossexuais masculinos, explana Kulick (2008). Diante dessa realidade trans-viada, as travestis brasileiras encontram muitos percalços ao longo da vida, considerando o contexto sociocultural brasileiro que tende a marginalizar o diferente, rotulando as idiosincrasias da vida travesti como

desviantes e como inversão, como um conjunto de práticas e ideias moralmente condenáveis, hegemonicamente legitimadas e culturalmente construídas.

Tratando-se de identidades em termos elásticos e de vivências, cabe salientar que a identidade travesti é construída processualmente ao longo da vida. Sendo assim, desde muito jovem o menino percebe-se diverso e deslocado do meio masculino, sentindo-se inclinado às tendências culturalmente associadas ao feminino; e, tendo como juiz a sociedade conservadora, que ridiculariza seus impulsos, sua expressão de gênero e orientação sexual, se vê empurrado a assumir uma identidade social baseada em sua orientação sexual e expressão de gênero. Ora, a ridicularização consiste na expressão da ideologia manipuladora que sustenta ser impensável que um indivíduo do sexo masculino se desloque para o gênero feminino, isto é, nesse entendimento, rebaixando-se a ocupar o lugar de uma mulher, segundo Mícolis e Daniel (1983).

Nos veios desta identidade conflitante com a norma hegemônica, muitas sofrem represálias da família e se veem obrigadas a viver fora de casa a sua identidade em construção, onde vê na travesti mais velha o seu ideal de vida, passando a observar os costumes deste meio cultural, assumindo, com isso, uma identidade para si. A identidade das travestis, que até meados do século passado sobrevivia apenas no campo da arte (não raro confundindo-se com o transformismo artístico), autonomizou-se, sendo reconhecida como gênero próprio e estilo de vida, e como tais, com universo cultural próprio com seus valores, vocabulário (o pajubá) e expressões. Sobre esse tema, Francine Oliveira (2017) traz a seguinte contribuição:

O estabelecimento dessa identidade social se deu no Brasil e em outros países da América Latina a partir da década de 1990, com a organização de movimentos ativistas voltados especificamente para as demandas das travestis, que procuraram se constituir como sujeitos políticos, diferenciando-se dentro da comunidade LGBT (OLIVEIRA, 2017, p. 2).

Dado o exposto, a marginalização das travestis consiste em um fenômeno baseado na perspectiva cultural heterossexista<sup>3</sup>, que propõe papéis sociais para o sujeito, segundo essa visão, em concordância com o sexo e gênero de nascimento. Uma vez que as travestis brincam com as fronteiras do gênero, deixam de corresponder à expectativa social, pois não são mais socialmente homens e nem reivindicam o papel cultural feminino. Passando, assim, a não ter uma função pré-

---

<sup>3</sup> Heterossexismo: negação de toda orientação sexual que não seja a heterossexual.

estabelecida e categoricamente fora das normas culturalmente impostas, inviabilizando a sua participação ativa nas esferas sociais.

Na luta sócio-política, a comunidade Trans e Travesti é representada pela letra “T” na sigla LGBTQIA+; comunidade em construção a partir de orientação sexual e identidades de gênero, sendo a travesti, em particular, parte integrante dos dois aspectos do conglomerado LGBT: de orientação sexual homossexual, e suas nuances, e identidade de gênero feminina em seus diversos tons.

Enfim, constatamos que há muitas formas de travestilidade, muitas maneiras de ser e expressar a construção da identidade travesti: há travestis bissexuais, pansexuais e travestis que se identificam em maior ou menor grau com o universo feminino. No entanto, são os pontos e objetivos em comum que constituem as idiossincrasias deste universo identitário. Ante os enredos e vicissitudes da cena travesti, deve-se levar em conta a trajetória de luta das travestis e a formação da comunidade “T” (travesti e transexual) no Brasil.

## 5 MARCOS HISTÓRICOS DA CENA TRAVESTIDA

*“Vamos levante lute, se não a gente acaba perdendo o que já conquistou.”*

Lute – Edson Gomes

Para melhor entendermos a cena travestida devemos olhar em retrospectiva todas as lutas que, progressivamente, deram visibilidade à comunidade e à causa das travestis e transexuais. A visibilidade é, neste sentido, uma amiga infiel, que pode ser usada a favor e contra a comunidade trans que, historicamente, vem servindo de bode expiatório da sociedade patriarcal e machista. Tendo em vista que do cruzamento de preconceitos entre misoginia e homofobia, nasce a transfobia – no caso da comunidade “T”. Como elucida o professor e historiador Leandro Karnal:

O preconceito contra a mulher, a misoginia, é sólido e universal. Contaminou outros preconceitos. Vejamos: um homem homoafetivo é mais discriminado quando é mais feminino. Perdoa-se com mais indulgência um gay como Rock Hudson do que um que se vista como ou que aparente ser mulher. É provável que a homofobia esteja contaminada por algo anterior e mais vasto, a misoginia. O defeito é ser mulher [...] tolera-se melhor que sejam gays, desde que não aparentem o feminino (KARNAL, 2017, p. 147).

Dado o exposto, supõe-se que, segundo Karnal (2017), as travestis sejam o alvo de fortes preconceitos e crimes torpes por terem nascido com o sexo masculino e construído uma identidade baseada no feminino, uma vez que sexo e gênero são culturalmente inextricáveis. Nesse bojo, tal exposição à visibilidade social traz a

possibilidade de atrair para a comunidade trans a repulsa social, dado que é próprio da sociedade brasileira estigmatizar comportamentos, sobretudo os associados aos desviantes, dividindo a sociedade em “nós e eles”. Apesar da discriminação e hostilidade social, as travestis lutam pela reivindicação dos espaços políticos e também pela afirmação de sua identidade, o direito de ser.

As travestis, por fazerem parte do subgrupo representado pela letra “T” na sigla LGBT, dividem com a comunidade avanços e retrocessos de direitos civis e políticos. Sendo uma minoria dentro de uma minoria (a rigor, não existem minorias dentro do agrupamento humano) não são tão expressivas numericamente, no entanto apresentam-se como o arquétipo, no imaginário social, do homossexual afeminado, o dito “pintoso”. Percebe-se também, no senso popular, a falta de informação no que tange às especificidades das travestis em relação às mulheres trans, uma vez que a linha identitária que as separam é tênue, muitas travestis transicionam, identificando-se na velhice como mulheres trans, Ramalho (2019).

Cabe distinguir as significativas diferenças entre as expressões identitárias, pois, conforme Trevisan (2018, p. 317), “cada grupo procurava acentuar diferenças para aí encontrar sua identidade – elementos que podem ser considerados como sistema de defesa frente ao ambiente hostil”. Diante disso, algumas lutas políticas devem ser levadas em consideração na afirmação da identidade travesti.

### **5.1 Stonewall: a luta ganha visibilidade**

A primeira e mais importante luta pela afirmação das identidades heterodissidentes<sup>4</sup> se deu no bojo da Contracultura e da Revolução Sexual, entre as décadas de 1960 e 1970, no mundo ocidental, chamada por alguns autores de Revolução de Stonewall.

Nos anos que se seguiram pós-Segunda Guerra Mundial, eclodiu no mundo todo lutas democráticas pelos direitos humanos. Nesse ambiente libertário, entre os anos de 1960 entre 1970 intensificou-se movimentos pela emancipação social e sexual; o mais marcante, para nascente iniciativa política pelos direitos dos homossexuais, foi Stonewall. A Revolução de Stonewall foi o mais marcante episódio na história da emancipação dos homossexuais e lésbicas (futuramente outras

---

<sup>4</sup> Heterodissidente: consiste em orientações sexuais e identidades de gênero que fogem à norma social hétero-cis-normativa.

identidades surgiriam para somar à luta), e seus ideais se espalharam capilarizando-se em diversos contextos sociais, sobretudo no Brasil, que à época passava pela ditadura militar (1964-1985). De acordo com Neto:

Stonewall Inn, um pequeno bar localizado no bairro de Greenwich Village, em Manhattan, New York, foi invadido por uma ação policial na noite de 28 de junho de 1969. [...] Esse fato, que expressava a política da época, gerou uma reação conhecida como A Rebelião de Stonewall (NETO, 2018, p. 42).

Nesse contexto de transformações sociais, grupos militantes influenciados pelos ideais políticos congêneres de Stonewall organizaram-se a fim de levantar a bandeira da causa homossexual, sob forte represália dos censores da ditadura. Sobre isso, a travesti Rogéria afirma:

No começo dos anos 1960, com o boom do gênero, os travestis somente eram vistos nos bailes de Carnaval, nos clubes gays e em shows. A partir de 1969 começou a ficar notória a tendência de proliferação deles pelas calçadas das cidades grandes, vendendo o corpo em troca de dinheiro. [...] na cena artística, os militares passaram a vetar peças que, de alguma forma, abordassem o tema da homossexualidade (PASCHOAL, 2016, p. 58).

Na esteira do Movimento de Contracultura ocidental e da redemocratização brasileira ocorrida na década de 1980, as travestis se popularizaram na mídia da época com exemplos como na telenovela *Tieta*, transmitida pela Rede Globo no fim dos anos 80, cuja travesti Rogéria encarnava a personagem Ninete e, ainda na mesma época, a travesti Roberta Close foi eleita “A Nova Namoradina do Brasil” pela revista *playboy* em 1984, conforme Trevisan (2018).

No entanto, tal período de liberdade e permissividade para a nascente comunidade GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes, nome dado na época) que se politizava, não duraria muito tempo. Com o estouro da epidemia do HIV/Aids, as travestis e homossexuais converteram-se em bodes expiatórios da sociedade conservadora ávida por culpados. Evidenciando um grave problema social, o começo da década de 1990 trouxe consigo uma devastação provocada pela Aids, sobretudo, entre as travestis. Doravante, o HIV unira a comunidade. Sobre a massiva morte de travestis em decorrência da Aids em 1990, Trevisan afirma:

Acostumados ao sexo rápido e sem proteção, muitas vezes atendendo ao desejo do cliente, entre os travestis as campanhas anti-aids revelaram-se quase inoperantes, pela dificuldade mesma de atingir um grupo marginalizado (TREVISAN, 2018, p. 387).

Como se vê, a sociedade projetou a culpa e o medo do vírus desconhecido sobre comunidade GLS, que parecia ser o principal alvo da doença, principalmente o subgrupo “T” (travestis e transgêneros), cujas travestis, incapazes de dissimular a sua

identidade, eram o rosto visível da comunidade estigmatizada. Tão logo a sociedade converteu o adjetivo identitário em termo pejorativo. A travesti passou a ser sinônimo de IST's (infecções sexualmente transmissíveis), devassidão e promiscuidade. Silva *et al.* (2019) reforça:

O pânico da população causado pela falta de informação sobre a epidemia fez com que a mídia sensacionalista reportasse o vírus da AIDS como 'peste gay', apresentando-a como questão exclusiva de homossexuais (SILVA *et al.*, 2019, p. 23).

Por outro lado, segundo Trevisan (2018), a epidemia do HIV/Aids instaurou-se como faca de dois gumes. Graças ao vírus, nunca se falara tanto das orientações sexuais e expressões de gênero não-normativas, o que trouxe efeitos positivos para a luta dos direitos das minorias heterodissidentes como também a urgente necessidade de visibilidade social.

Diante desse cenário, criou-se em torno das travestis um estereótipo que povoa até hoje o imaginário comum: são vistas como caixas de Pandora da escória social. Por medo da transfobia estrutural e estruturante, muitas não se alfabetizaram; receosas do preconceito por parte dos demais alunos e professores, buscaram profissões discretas e autônomas como cabelereiras, maquiadoras etc. relegando a elas somente o horário noturno, distante dos olhares da família tradicional, afirmam Marilac e Queiroz (2019).

Apesar da discriminação, a luta não parou. Tão logo a ditadura amainou no Brasil, o nascente movimento homossexual iniciou um "Stonewall Brasileiro": um protesto contra a chamada "Operação Limpeza" que visava tirar das ruas as travestis, gays e lésbicas sob a égide da lei da vadiagem, no centro de São Paulo, em 1980, de acordo com Vieira (2020). Foi nesse cenário de revolta social que as identidades heterodissidentes se fortaleceram politicamente, onde no mesmo ano deu-se início ao Grupo Gay da Bahia – GGB, o primeiro a lutar contra a LGBTfobia no país.

Na esteira da crescente conquista de direitos e visibilidade, em 1990 a Organização Mundial da Saúde – OMS retira a homossexualidade (na época chamada de homossexualismo – denotando desvio de comportamento) da lista de patologias, assim sendo, não passível de cura ou tratamento. No entanto, ainda segundo Vieira (2020), foi só no ano de 2018 que a transexualidade saiu da lista de doenças.

## 5.2 Era a vez das travestis

Segundo Sousa (2020), no Brasil, em 1992, a cidade do Rio de Janeiro sediou dois grandes encontros da causa “T”, chamados na época de Associação de Travestis e Liberados – ASTRAL. Após o segundo encontro do grupo, surgiu a necessidade de criar-se um movimento social que reivindicasse as pautas da causa, assim nasceu, em 2002, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA. Este movimento político objetiva intervir na onda de violência e falta de acesso aos serviços de saúde que acomete o referido grupo do conglomerado LGBT, bem como ressignificar as demandas das travestis rompendo com o modelo biomédico da perspectiva do HIV/Aids, e assim lutar pela cidadania e os direitos humanos da população travesti.

Além da ANTRA, em 29 de janeiro de 2004, em Brasília, foi instituído o Dia Nacional da Visibilidade Trans que objetiva promover a visibilidade da população trans e travesti no país que mais mata este segmento no mundo, bem como promover o compromisso do Estado brasileiro com a necessidade de atuar para reverter este quadro periclitante, afirma Zigone (2019).

Outra conquista importante para promoção da dignidade das travestis e transexuais foi o Nome Social ocorrida em 2006 e consolidada em 2008, uma vez que o nome social atua como parte integrante do processo de readequação de gênero.

A presença do campo destinado ao nome social nos documentos e prontuários da saúde, bem como o respeito dos profissionais da área ao adotarem o nome de escolha do usuário em seu atendimento impede que o constrangimento bloqueie o acesso aos serviços ofertados, reafirma o compromisso de universalidade e equidade do SUS, extinguindo a violação de direitos no âmbito institucional, além de estimular uma cultura de respeito às diversidades (Silva *et al.*, 2017, p. 837-838).

Assim sendo, alguns percalços ainda precisam ser vencidos, dado que o cumprimento desta ação carece do bom senso e moralidade dos profissionais que atendem este público, bem como da instituição atendente.

Ainda no ano de 2017, foi fundada a associação filantrópica Eternamente SOU, na cidade de São Paulo, cujo objetivo é atuar em prol das causas dos LGBTs +50, por meio de atendimentos psicossociais, favorecendo assim a inclusão social dos idosos LGBTs duplamente marginalizados, atuando em três estados do Brasil: São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro. No entanto, devido aos desmontes dos programas sociais fomentados pelo avanço do neoliberalismo conservador do atual governo

Bolsonaro (2019-2022), a ONG se viu abalada, com a precarização dos serviços ofertados.

A ONG Eternamente SOU constitui, pois, um avanço perpetrado pela luta social dos direitos dos idosos LGBTs, uma vez que existe arraigado na sociedade um preconceito contra os idosos e contra os LGBTs, configurando, assim, o duplo preconceito. No ano de 2017 e 2018 ocorreram o I e II Seminário sobre Velhices LGBTs promovidos pela Eternamente que problematizou os envelhecimentos heterodissidentes, a ausência de políticas públicas e um recorte no olhar diferenciado às demandas da comunidade trans.

Do mesmo modo, de acordo com Gaulia (2017), no ano de 2018, a comunidade “T” conquistou um grande avanço no campo dos direitos, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a população trans e travesti a retificar seus nomes em cartório sem necessariamente passar pela cirurgia de redesignação de gênero (CRG), dispensando o crivo judicial.

### **5.3 O Serviço Social e a luta das Travestis**

No âmbito do Serviço Social brasileiro, no 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado na cidade de Brasília em 2017, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em parceria com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) atualizam o documento “Bandeiras de Luta” reiterando a sua defesa à população LGBT e toda forma de preconceito, como está elencado nos seguintes artigos da “Defesa dos Direitos Humanos”:

10. Defesa dos direitos da população LGBT, da livre orientação sexual e identidade de gênero.
11. Defesa da criminalização da LGBTfobia (lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia).
12. Defesa da ampliação da rede de atendimento do processo transexualizador no SUS como direito da população trans.
19. Repúdio às ações higienistas de violência contra a população em situação de rua, negra e LGBT, que reforçam ideologias de extermínio. (CFESS-CRESS, 2018, p. 8-9)

Neste clima de defesa dos direitos humanos, tendo em foco a população trans, a cidade de São Paulo, nos dias 11 e 12 de junho de 2015, foi palco do seminário que debateu a temática “Serviço Social e diversidade trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate” trazendo contribuições de professores, ativistas e militantes da causa LGBT, comprometendo-se com a urgência



do agir profissional face aos aprofundamentos das expressões da questão social da comunidade trans. Em 2020, as palestras ocorridas no referido seminário foram compiladas e publicadas no caderno de mesmo nome.

A gestão “Tecendo na luta a manhã desejada” (2014-2017) publica a série “Assistente Social no combate ao preconceito” cujo caderno 4 trata acerca da transfobia. O texto traz a seguinte contribuição:

Os/as assistentes sociais fazem parte das relações sociais que tornam possível a exploração e opressão dos mais diferentes grupos sociais e não os assistem de forma neutra e indiferente [...] Travestis e transexuais – utilizando ou não estes nomes – sempre estiveram presentes no cotidiano de atuação, embora pudessem ser, com mais frequência, invisibilizados/as e sobre eles/as possam ter ocorrido tentativas de ajustamento forçado ao binarismo de gênero. Trata-se, portanto, de contribuir, na contemporaneidade, com uma postura reflexiva e crítica frente a estes temas e desafios [...] É importante destacar que o que estas pessoas, com muita frequência, esperam do/a assistente social não é muito diverso do que o conjunto da população usuária espera: que favoreçam seu acesso a direitos e serviços (CFESS, 2016, p. 16).

Do assistente social se espera, pois, que seja um profissional linha de frente, lutar com elas e por elas na reivindicação da emancipação social e autonomia, enquanto sujeitos de direitos, apoiando a causa das travestis e transgêneros, como também suas especificidades e demandas. Faz-se necessário, todavia, superar discursos patologizantes e romper com os grilhões morais cuja militância condena ao ostracismo e segrega os des-viados. Isto é:

Que não as julguem nem tentem enquadrá-las nos seus critérios pessoais de moralidade, além de estimulá-las e apoiá-las na sua constituição como sujeitos políticos, e que possam coletivamente ampliar o tamanho da frágil esfera pública brasileira” CFESS (2016, p. 16).

## 6 A RESISTÊNCIA DAS TRAVESTIS

*“A sociedade que me aponta na rua de dia deita-se na cama comigo à noite.”*

- Gení, a travesti.

Ópera do Malandro, de Chico Buarque, 1978.

Segundo Benevides e Nogueira (2021), hodiernamente ouvimos falar que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Por isso, é importante observar que no ano 2020, o Brasil seguiu na liderança do ranking mundial de assassinatos de pessoas trans no mundo, posição que ocupa desde 2008, conforme dados internacionais da ONG Transgender Europe (TGEU). Diante disso, afirmamos os motivos que levam o extermínio dessa população: morrem por serem quem são, apenas por assumirem uma identidade dissidente da norma socialmente imposta.

A elas, ainda cedo, é negado o direito de competição nos espaços sociais. Tratadas como escória e aberrações da natureza, são empurradas para a margem da sociedade, daí o termo “marginal”. Expulsas do contexto familiar quando começam a apresentar trejeitos excessivamente afeminados, encontram na rua a liberdade de ser, todavia precisam prostituir-se como o preço pago para sustentar a identidade não-cis. Diante da selvagem violação dos direitos básicos e contexto de violência no qual estão inseridas, poucas são as que ultrapassam as estatísticas dos 35 anos de idade e conseguem envelhecer. Envelhecer é, portanto, um luxo. De acordo com os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA:

90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido à dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e a deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social, familiar e escolar (BENEVIDES, 2018, p. 18).

A maioria dos casos de violência contra a população travesti ocorre durante o exercício da profissão de profissionais do sexo, confirmando assim a repulsa social sobre a prostituição, que embora não seja crime, é constantemente criminalizada pelos discursos moralizantes pautados em valores religiosos. Acerca disso, Silva *et al.* (2019) sustenta:

No Dossiê da ANTRA, na pesquisa sobre “Os Tipos de Assassinatos”, observou-se a crueldade, o ódio, a repulsa que cada crime carrega, de maneira que 83% dos casos são de extrema violência, não sendo suficiente levar um tiro, ou uma facada, é nítido esse ódio sendo expresso através da tortura, linchamento, espancamento, esquartejamento até a morte. Dos 11 casos de execuções retratados na pesquisa, todas as vítimas levaram de 6 a 26 tiros seguidos de degolação (SILVA *et al.*, 2019, p. 13).

De acordo com Benevides e Nogueira (2021), curiosamente, apesar do Brasil ser o país mais transfóbico do mundo ele também é, contraditoriamente, o país que mais consome conteúdo pornográfico do gênero “*Shemale*” – termo usado em sites pornográficos para referir-se às trans e travestis. Segundo a travesti Indianara, a prostituição das travestis é alimentada “por nem todo mundo ter acesso fácil ao sexo que deseja”, isto é, procuram nas travestis realizações sexuais anônimas, pois temem sentir-se socialmente menos homem. Acerca disso ela elucida:

E onde senão aqui o fio terra, o garganta profunda, chicote, consolo, beijo grego, chuva dourada, até o papai-mamãe se for isso o que te tira do sério. O cliente, ali é que ele se vê pleno, pra além das máscaras e encenações: sem o gozo que extraio cirúrgico de seu genital, quanto de sua vida mentida era ainda possível? [...] Quem é quem de verdade, a prostituta é quem vê. A nudez final, nudez nudez, essa está reservada só pra profissional de fato, só pra quem saiba despir. Os homens de carne e osso não estão nos livros, mas nus nos nossos quartos, de quatro, implorando pra pôr fim à farsa uns minutinhos que seja (MOIRA, 2016, p. 155).

Embora o estereótipo da travesti prostituta seja presente no senso comum, nem todas as travestis ganham a vida como garotas do sexo, todavia travestis e transexuais podem nunca ter se prostituído, mas a primeira coisa que olham e falam é “prostituta”, como afirmava a travesti e ativista Anyky Lima. Com efeito, percebe-se a hipersexualização e fetichização das mulheres trans e travestis no senso comum, oriundo de uma leitura superficial da prostituição vista como estilo de vida e não como um problema social.

O preconceito estrutural condena ao ostracismo as ditas minorias negando-lhes o direito de envelhecer com qualidade. Tendo como foco o grupo “T”, a segregação e a marginalização das travestis contribuem diretamente para a baixa expectativa de vida dessa população invisibilizada, visto que, por medo do preconceito, preferem não exercer seu protagonismo social durante o dia evitando o quanto podem acessar os serviços de saúde pública devido ao despreparo no atendimento a esse grupo. Segundo Silva *et al.* (2017):

A população transgênero é historicamente estigmatizada e marginalizada por se desviar dos padrões impostos como normais acerca da identidade de gênero. A ocorrência de violências (físicas, psicológicas e simbólicas) contra essa população é constante. De modo velado, violenta-se o indivíduo ao excluí-lo do convívio social saudável, dificultando seu acesso aos serviços e sequer reconhecendo sua identidade (SILVA *et al.*, 2017, p. 836).

Alicerçada na moral, a transfobia no Brasil é a responsável por 52% das mortes de trans e travestis no mundo, segundo dados da TGEU (2017). Apesar da expectativa de vida do brasileiro girar em torno de 72 e 75.8 anos, segundo dados do IBGE, respectivamente 74% das vítimas trans e travestis assassinadas estão na faixa etária entre 20 e 39 anos. Conforme sustenta o Dossiê da Violência publicado pela ANTRA:

Os dados apresentados, além de denunciarem a violência, explicitam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios contra pessoas trans, traçando um perfil sobre quem seriam estas pessoas que estão sendo assassinadas a partir dos marcadores de idade, classe e contexto social, raça, gênero, métodos utilizados, além de outros fatores que colocam essa população como o principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais no Brasil (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 7).

É importante destacar que muitos desses assassinatos são feitos com requintes de crueldade e por pessoas sem ligação direta com a vítima, evidenciando, portanto, a transfobia como fenômeno alicerçado em ideias moralizantes socialmente legitimadas.

## 6.1 Prostituição das travestis como problema social

Nas esquinas da maioria das grandes cidades do Brasil é possível encontrar à noite diversos pontos de prostituição das travestis, geralmente em locais estratégicos para o sexo rápido e anônimo. Discutir a problemática da prostituição como componente indissociável da cultura travesti é demasiado complexo, pois muitas vezes desmistificar as razões que impelem as travestis a buscar esta profissão equivale a transformar crenças culturalmente arraigadas na sociedade, explana Soares *et al.* (2015). A respeito disso, a travesti e ex-prostituta, Amara Moira, argumenta:

Ser travesti já nos torna tabu, daí a maioria ainda encontra na prostituição a única forma de subsistência (e sabemos que seremos consideradas putas mesmo as poucas de nós que escaparem a esse destino) [...] A transfobia nos exclui, a prostituição nos abraça e a putafobia amplifica a exclusão a que já estamos sujeitas meramente por existir (MOIRA, 2016, p. 149-150).

Acerca do machismo estrutural, Mícolis e Daniel (1983, p.38), por sua vez, trazem à reflexão que “vivemos num mundo onde os homens amam tanto o Homem que ser mulher – ou imitá-la – passa por ofensa”. Harari no entanto, argumenta que “os indivíduos do sexo masculino precisam provar sua masculinidade constantemente durante a vida [...] em particular, vivem um temor constante de perder sua afirmação de masculinidade” (HARARI, 2018, p. 157-158).

A vulnerabilidade da vivência das travestis se apresenta, categoricamente, como uma expressão da violência estrutural a elas dirigida, visto que sua existência é marginalizada e a elas não restam muitas alternativas de fonte de renda. Segundo Trevisan (2018), na quase totalidade dos casos, as travestis vindas das classes mais pobres, são expulsas de casa ainda adolescente, e, com os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e pela pouca formação, atrelada ao preconceito, não encontram oportunidades de emprego no mercado formal de trabalho, sendo o primeiro passo para a marginalização social. Silva *et al.* (2019) sustenta:

Devido a rejeição familiar acontecer muito cedo, a média de idade de travestis e pessoas trans que são expulsas e saem de casa é de 13 anos de idade. O que torna essa população marginalizada, excluída não somente no âmbito familiar, mas no âmbito educacional, dificultando a inserção no mercado de trabalho formal, sendo “obrigadas” a recorrerem à prostituição pela falta de oportunidade que os mencionados espaços não lhes proporcionam. É importante deixar claro que não se está, neste estudo, menosprezando profissionais do sexo, nem tratando os subempregos como algo impróprio, pelo contrário, busca-se apenas um questionamento, uma reflexão acerca do porquê de a prostituição torna-se o principal meio de sobrevivência de trans (SILVA *et al.*, 2019, p. 13).

Diante da ausência de oportunidades e vínculos familiares rompidos, as travestis encontram na prostituição o lugar de afirmação de sua identidade, e a prostituição, do mesmo modo, torna-se quase próprio ao estilo de vida das travestis brasileiras. Uma vez que o mercado lucrativo do sexo não demanda grandes requisitos, as travestis inserem-se nele sem se despir de sua identidade pois, segundo Garcia (2008), é em virtude dos desejos do cliente que a prostituição se organiza. Fazendo assim, com isso, a prostituição parte constituinte das idiosincrasias da comunidade travesti. Nestas condições:

Apesar da pluralidade dos motivos, do ato de prostituir-se, algumas pesquisas conseguiram determinar alguns problemas sociais que podem contribuir para o fenômeno social “prostituição”. Pobreza, uso de substâncias ilícitas, estrutura familiar deficitária, abuso sexual etc., são fatores que facilitam a entrada na prostituição (SOARES *et al.*, 2015, apud RODRIGUES, 2009, p. 65).

Assim sendo, a prostituição das travestis oriunda da desigualdade social e da pauperização configura, nesse sentido, um grave problema social posto que não trata-se de uma condição, do contrário, trata-se de uma determinação social comum às travestis mais pobres, e mostra-se sobretudo como única alternativa viável para fonte de renda. Isto é, a negação dos direitos consiste na prostituição ser a única opção para elas. A elas é negado o direito a uma profissão formal, dada a forte transfobia e discriminação presente no mercado de trabalho, seja por parte das empresas ou por parte dos clientes. Portanto, a exclusão social do horário diurno apresenta ser a tônica do mundo “clandestino” das travestis, nas palavras da travesti e ativista Luisa Marilac:

[...] é que às travestis não é dado o dia. Como os vampiros, só somos aceitas pelo público depois que a luz se vai. Se desafiamos a regra em busca do sol, nos castigam com olhos pontiagudos que chegam feito facadas e risos redondos que nos cercam até sufocar (MARILAC; QUEIROZ, 2019, p. 51).

Levando em consideração o heterossexismo (isto é, a heterossexualidade como única forma de desejo sexual) e a cisgeneridade (quando a única identidade de gênero aceita é a que corresponde à atribuída no nascimento) se articulam e encontram na travesti o rompimento de ambas as normativas, desperta desejo em uns e ódio em outros. Como elucida a travesti e ex-profissional do sexo Amara Moira:

Triste sina da travesti: atíçar o desejo alheio e, ao mesmo tempo, o ódio por ter despertado esse desejo. Não à toa nos matam, nos agridem... somos a prova viva de que ele não é tão macho padrão quanto acredita ser, quanto devia ser. Imagina se descobrem? Passado o gozo, não há mais tesão para fazer com que tenham coragem de interagir conosco: nem oi, nem tchau, sequer um sorriso. No melhor dos casos, a indiferença (MOIRA, 2016, p. 142).

Segundo dados publicados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, em 2021, mais de 90% da população travesti vive unicamente da prostituição. Faz-se necessário, com isto, lutar por espaços de afirmação social e educação, rompendo com estereótipos engessados de que a prostituição é a única forma de uma travesti ganhar a vida. As travestis enveredam para a prostituição por não haver espaços sociais que as permitam viver sua identidade abertamente. A luta pela inclusão “T” nos mais variados espaços no mercado de trabalho implica em comprar brigas com a transfobia estrutural.

Todavia, em contrapartida, a prostituição se apresenta também como divertimento entre as travestis que se prostituem ainda que não precisem da renda auferida na prostituição para se manter. Segundo Garcia (2008, p. 243), “entre as travestis estudadas, a prostituição aparecia, assim, não somente como motivada pela necessidade econômica, mas também como um espaço de afirmação da feminilidade”. Por serem uma mulher e um pouco mais, nos dizeres da travesti Rogéria, as travestis não se conformam com a posição ativa solicitada por grande parte dos consumidores da prostituição.

[...] as travestis explicam também seu desprezo voltado aos clientes que buscavam por relações sexuais passivas nos ‘programas’, uma vez que, embora isso garantisse a satisfação das necessidades financeiras, não realizava aquelas de serem desejadas como ‘mulheres’. O ‘programa’, contudo, quando realizado com um cliente que buscava por sexo “ativo” e que as pagava satisfatoriamente, era visto como algo agradável (GARCIA, 2008, p. 243).

Embora algumas travestis optem pela prostituição como divertimento, evidentemente, a questão não é simples. A prostituição, quando única fonte de renda, revela um problema social quando questionamos os alicerces que estruturam o edifício do preconceito, determinantes que levam as travestis a enveredar-se por essa profissão. Dado o exposto, a estigmatização da prostituição surge também pela associação às drogas e a criminalidade, mundos que muitas vezes coexistem e andam de mãos dadas.

Cabe salientar que também a criminalidade permeia o mundo da prostituição, sendo quase indissociável. A conjunção entre a prostituição das travestis e a criminalidade é facilitada por ambos dividirem o mesmo espaço na marginalização social. Frequentemente a criminalidade subsiste na noite, nos próprios programas das travestis, sendo os consumidores da prostituição alvos em potencial.

De acordo com Garcia (2008), diante da ausência de perspectiva profissional e insuficiência financeira advindas da prostituição, muitas travestis recorrem aos roubos e furtos como estratégia de ganhos financeiros e que tais práticas contribuem significativamente para o aumento da violência direcionado a esse grupo social. Nessa perspectiva de violência dirigidas às travestis, Don Kulick (2008) sustenta:

À noite, de todo modo, os perigos são maiores. Precisando atrair os clientes, travestis fazem ponto nas esquinas de ruas e avenidas e acabam se expondo publicamente de uma forma que, não fosse a situação, elas teriam preferido evitar. A exposição coloca as travestis em posição vulnerável, alvo fácil do assédio de policiais, motoristas, transeuntes, gente que passa em automóveis e ônibus. Na maioria das vezes, a violência vem na forma de agressão verbal, mas não são raros os casos em que gangues de jovens espancam travestis. Também é comum ver gente que passa de carro lançar pedras e garrafas sobre elas. Algumas vezes chegam a disparar armas de fogo contra as travestis em plena rua. Normalmente as pessoas que cometem esses crimes não são identificadas nem detidas. E quando são, recebem penas leves da justiça (KULICK, 2008, p. 47).

Ainda Conforme Kulick (2008), a violência sofrida pela comunidade trans, sobretudo as que vivem da prostituição, constitui, pois, uma das manifestações da transfobia, que por sua vez apresenta-se como uma das muitas expressões da questão social que tem suas raízes na moral conservadora. Deste modo, o silêncio tácito oriundo da banalização da violência contra este segmento por parte dos órgãos competentes, como a polícia e a secretaria de direitos humanos, apresenta-se como estratégia de extermínio desta população.

Na tentativa de compreensão dos fatos inerente à prostituição, é necessário entender também o fenômeno do envelhecimento bate mais cedo à porta das travestis que vivem da prostituição. Para as meninas de programa, o vigor da idade é o carro-chefe para conquistar os clientes da noite.

Dado o exposto acima, a travesti que supera as estatísticas dos 35 anos e envelhece constitui a exceção que confirma a regra. Ao passar dos 30 as travestis são conhecidas depreciadamente como “mariconas”, isto é, idosas para o grupo. O culto ao corpo jovem lida mal com o envelhecimento. Tornam-se assim, velhas para a minoria social na qual está inserida. Minoria está que invisibiliza também os que fogem aos padrões de seu meio. Ocorrendo assim a retroalimentação do processo de incriminação a que foram socialmente submetidas, contribuindo para a manutenção do estigma.

Nesse bojo, a prostituição provê recursos financeiros enquanto o corpo permanece belo, segundo os padrões do meio, e, quando o instrumento de trabalho,

isto é, o corpo não atende mais as expectativas dos clientes, a travesti sente-se ultrapassada e perde terreno para a geração posterior, envelhecendo sem amparo social. As travestis que superam as expectativas de vida do meio (35 anos) e chegam à terceira idade não encontram acolhimento institucional ou ILPIs (Instituições de Longa Permanência para Idosos) adequadas que respeitem a identidade construída ao longo de sua trajetória biográfica.

Observa-se, portanto, que problematizar a velhice travesti torna-se quase uma utopia, ou mais além, uma aporia consentida no silêncio da sociedade brasileira. Conjecturar a velhice de uma população que nem sequer sabe que vai voltar viva do trabalho beira a fantasia; esperar a terceira idade de quem vive e envelhece sem amparo social, um devaneio. A omissão do Estado, neste caso, é interpretada como indiferença ou até mesmo como aquiescência diante da violação de direitos e demandas das segregadas da noite.

## **7 O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO TRAVESTI**

*“Acha que a sua indiferença vai acabar comigo? Eu sobrevivo, eu sobrevivo!”*

Alma Sebosa – Johnny Hooker

### **7.1 Corpos que resistem**

De acordo com Mascaro (2014), determinar a idade em que uma pessoa pode ser considerada idosa é uma tarefa difícil, pois, segundo a autora, num determinado momento histórico, numa sociedade e em diferentes situações sociais uma pessoa pode ser considerada idosa aos 70, aos 60 ou até mesmo aos 40 anos.

Na comunidade LGBT, não raro, o envelhecimento social antecede o envelhecimento biológico, basta um olhar atento para perceber que há distinções de idades em bares e points do nicho gay para as ditas “tias”, “mariconas”, “bichas velhas” e demais termos pejorativos referentes aos LGBTs maduros considerados velhos (leia-se ultrapassados) para o meio. Tal repulsa à velhice é, segundo Simone de Beauvoir, uma recusa a nos reconhecer no velho que seremos (BEAUVOIR, 1970).

O Estatuto do Idoso considera idoso no Brasil pessoas acima de 60 anos, o mesmo não acontece na comunidade LGBT, sobretudo no que se refere às travestis, cujo envelhecimento torna-se precoce em virtude da trajetória de vida marcada pela violência, prostituição, pela ausência de políticas sociais públicas, pelo pouco ou nenhum acompanhamento médico oriundos da exclusão e do anonimato social.



Tendo em vista que a condição biopsicossocial incide diretamente sobre a expectativa de vida, as travestis, dado o histórico de exclusão social, evitam sistematicamente recorrer ao sistema público de saúde temendo serem tratadas com indiferença ou revitimizadas pelo preconceito e pela falta de preparo profissional no atendimento, o que contribui, portanto, para a baixa expectativa de vida deste segmento populacional.

Segundo dados da União Nacional LGBT, o tempo médio de vida de uma travesti no Brasil é de apenas 35 anos, enquanto a expectativa de vida da população em geral é de 75,5 anos, de acordo com as informações divulgadas em dezembro de 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A terceira idade é vivenciada pelas travestis mais cedo e para elas passar dos 35 é deveras significativo, qualquer coisa acima disso é lido como velhice, dada a trajetória psicobiográfica marcada por lutas intensas pelo direito de existir. Diante disso, Kulick (2008) elucida:

Quando perguntadas, elas costumam descontar uns aninhos aqui e acolá (mesmo conversando entre si). Depois de completar 30 anos - que todas consideram ser idade de "velha" -, elas simplesmente param de dizer a idade. No entanto, é nítido para qualquer observador casual que a maioria das travestis da cidade é jovem, variando entre 17 e 26 anos, aproximadamente. Nessa idade, segundo o consenso geral, elas estão "no auge", no ponto mais alto da beleza (KULICK, 2008, p. 57).

Diante do tripé exigido pela prostituição - Beleza, Juventude e Feminilidade - as travestis que passam dos 35 anos consideram-se sobreviventes da violência que acomete a população "T", também configura um desafio e cabe a elas reinventar-se, uma vez que viver da beleza implica em concorrência com a geração mais nova, dado que há, para este grupo social, poucas alternativas profissionais.

Além da violência, outros fatores centrais contribuem para a baixa expectativa de vida das travestis, como as terapias hormonais clandestinas e injeções de silicone industrial. As travestis iniciantes optam pelas terapias hormonais caseiras a fim de adequar o seu corpo ao feminino desejado, o "emulherar-se", também lançam mão de injeções de silicone industrial em clínicas clandestinas aplicados geralmente por uma travesti mais experiente chamada "bombadeira", afirmam Marilac e Queiroz (2019). Recorrem ao recurso uma vez que é praticamente a única alternativa para se remodelarem, pois o tratamento hormonal no SUS é metódico e lento.

A metamorfose pela qual o corpo passa biopsicossocialmente é para muitos uma realidade distante, um outro "eu" que me espera no futuro. A velhice é construída e reconstruída mediante suas experiências, e embora as pesquisas acerca deste tema

venham ganhando força, a velhice e suas subjetividades ainda são tratadas com invisibilidade.

O aumento da expectativa de vida se mostra um avanço e também um desafio, pois traz à superfície reflexões a respeito desse processo, nos impulsiona a explorar a relação desse grupo com a sociedade em que estão inseridos. Existe uma notoriedade na ascensão dessa mudança na forma de viver a velhice, assim também como não existe mudança na forma como a sociedade a enxerga.

Assim como as identidades são forçadas a se desfazerem na velhice, também a sexualidade é invisibilizada, o senso comum fomenta a ideia da velhice assexuada. Nessa esteira, ao falarmos sobre a terceira idade, nos vem à mente a imagem romantizada do idoso, desprovido agora de sua sexualidade, infantilizando o envelhecer, sendo a sexualidade um aspecto primordial que segue para além do ato em si. Acerca disso, a Organização das Nações Unidas (2002) afirma:

As pessoas idosas não são uma categoria à parte. Todos envelheceremos um dia, se tivermos esse privilégio. Portanto, não consideremos os idosos como um grupo à parte, mas, sim, como a nós mesmos seremos no futuro. E reconheçamos que todos os idosos são pessoas individuais, com necessidades e capacidades particulares, e não um grupo em que todos são iguais por que são velhos (ONU, 2002, p. 15).

Um fator de extrema importância a respeito da velhice das travestis é a construção histórica da maioria dos indivíduos que cresceram em um contexto muitas vezes violento das ruas e tiraram da prostituição o seu sustento.

Diante desse cenário de violência histórica, a estigmatização em que viveram muitos ainda sofrem com a não aceitação. Embora as ciências sociais venham desenvolvendo estudos a respeito da sexualidade da população idosa, dentro de todos os seus recortes, esse contexto ainda é pouco articulado. No Brasil, encontramos ainda uma série de desafios na abordagem da temática, a luta por visibilidade principalmente das travestis é um ato de enfrentamento constante para terem espaço e direitos firmados na sociedade.

Segundo Neto (2018), outro aspecto que devemos salientar é a cena da morte, marcada, muitas vezes, por uma catarse de crueldade, uso de objetos perfurantes, séries de tiros, exposição do cadáver, filmagem do ato e jogadas na rede. Deste modo, pode ser destacado o fato de que é difícil para as travestis chegarem à velhice, devido às doenças, a violência e as drogas. Não é exagero dizer que, a morte chega cedo para esses sujeitos, seja ela decorrente da violência, ou de doenças graves como a Aids. Conforme explana Don Kulick (2008):

Muitas delas, como disse, morrem de causas violentas/Aids ou outras doenças nunca diagnosticadas. Aquelas que atingem 40 ou 50 anos já não tem as mesmas condições de se manter coma prostituição: à medida que os clientes vão escasseando, precisam encontrar outras atividades e meios de vida. Nessa altura, algumas dão um passo decisivo engajando-se no tráfico de drogas: aos poucos podem conseguir expandir os contatos, estabelecer uma rede de compradores, e assim continuam mantendo uma vida minimamente confortável, mesmo depois de encerrar a profissão de rua. Outras, porém, afundam na depressão e na pobreza, não tendo mais como se sustentar a não ser fazendo pequenos serviços, lavando roupa ou cozinhando para outras travestis, que lhes pagam pequenas somas e deixam que elas fiquem com uma porção da comida. Há ainda aquelas que geram renda praticando alguns serviços especializados, como, por exemplo, aplicação de silicone. [...] Por fim, a opção mais desejada pelas velhas travestis: ter conseguido juntar dinheiro suficiente para comprar uma casa e, quiçá, uma pequena venda ou barraca. Se puder comprar uma casa razoavelmente espaçosa, ela pode dividi-la em quartos menores, alugando-os às travestis mais jovens, ou cobrando dos clientes por sua utilização para finalidades sexuais (KULICK, 2008, p. 57).

A velhice para as travestis e transexuais começa cedo e a longevidade é considerada rara e selecionada, a depender da classe social, cujo maior agravante são as PPP – Preta, periférica e pobre, de acordo com Mascaro (2004). Apesar do exposto, um fato é unânime entre as travestis que chegam à terceira idade é o orgulho de, nessa fase da vida, serem constantemente “confundidas” com senhoras, de serem chamadas de senhoras quando vão ao supermercado, ao banco, ao cinema, enfim, em suas relações cotidianas.

Diante disso, no Brasil, há poucos estudos sobre o tema do envelhecimento não-normativo, reforçando a invisibilidade da terceira idade LGBT e dificultando a elaboração de políticas públicas para este segmento da população. Partindo da idealização heteronormativa das velhices, a sociedade neoliberal concebe o envelhecer de maneira padronizada, sem levar em conta as singularidades do processo do envelhecimento. A partir da citada idealização heteronormativa do envelhecimento, o sujeito social, enquanto travesti, ao chegar na terceira idade, perde sua autonomia sendo entregue ao abandono e ao isolamento social. Como reforça a Cartilha Transfobia publicada pelo conjunto CFESS-CRESS (2016):

[...] é comum que adolescentes e jovens trans acumulem, nesta fase, intensos prejuízos sociais decorrentes das discriminações sofridas, que podem comprometer sua possibilidade de sobrevivência material e sua saúde mental, em razão de experiências de isolamento, rejeição, autorrejeição, abuso de drogas, entre outras. [...] Na vida adulta e na velhice, com frequência, as violências e discriminações se mantêm e/ou se transformam. [...] As instituições públicas e privadas tendem a dificultar/impedir o acesso deste público a direitos, por meio de discriminações explícitas (expulsão, violência física) ou sutis (maus tratos, humilhações, desrespeito) (CFESS-CRESS, 2016, p. 14).

Observa-se, contudo, que o agir profissional do assistente social nas lutas e intervenções bem como nas demandas das trans e travestis contribuem diretamente para uma boa qualidade de vida e aumento da expectativa de vida, pois viabiliza a criação e o acesso às políticas públicas que amparam a comunidade “T” quando ainda não alcançaram a terceira idade, a partir dos 60, mas o meio social as consideram ultrapassadas.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme o apresentado ao longo de todo processo de construção do presente trabalho, tendo como base autores da comunidade LGBT como o ativista da causa Gay, João Silvério Trevisan, as travestis Rogéria, Amara Moira, Luisa Marilac, entre outros/as, foi possível problematizar e identificar os principais problemas sociais presentes na conjuntura da população travesti, desde o ostracismo familiar até a marginalidade social, que contribuem indiscutivelmente para a baixa expectativa de vida da comunidade “T”. Importantes dados e questionamentos sobre elementos que compõem as particularidades do universo trans, enquanto identidades dissidentes, foram abordados.

Sendo os formadores de opiniões pessoas que se valem, não raro, de status religiosos para destilar moralidades às massas populares, isto é, aos mais simples, que tomam seus argumentos como verdade absoluta, constitui, portanto, segundo o educador Paulo Freire (2013), uma realidade funcionalmente domesticadora. Nisto se verifica, dessa maneira, que a transfobia é estrutural por falta de educação, falta informação numa sociedade que hostiliza o diferente. A ridicularização moral, e muitas vezes religiosa, do conservadorismo é a principal inimiga da população trans, porque postulam que a existência das identidades não-normativas são abominações, segundo a visão desses grupos.

Rompendo com todas as formas de direitos humanos, a sociedade brasileira naturaliza candidamente a violência com requintes de crueldade dirigidas às travestis, polemizando apenas quando estas agem violentamente contra seus opressores, vitimizando mais uma vez os oprimidos que extravasam a opressão que os oprime. Sobre isso, Freire (2013, p. 43) elucida: “como podem os oprimidos dar início à violência se eles são o resultado de uma violência?”. Sempre são eles os tiranos, violentos e malvados quando reagem à violência.

Como visto, inseridas na cultura brasileira, famosa pela hipersexualização do feminino e protegida sob a máxima do “faça mas não diga”, as travestis que tiram o seu sustento da prostituição são alvos de discriminação durante o dia e de desejos à noite. No entanto, é devido à vida marginalizada e invisibilizada que as travestis brasileiras se veem envelhecendo precocemente sem amparo social. Segundo Trevisan (2018, p. 198), “as identidades sexuais e expressões de gênero não seriam problematizadas se a sociedade não a tornassem (ou definissem como) um ‘problema’”.

O olhar crítico nos impele a afirmar que a invisibilidade social das travestis é estratégica funcional, sem demandas e dados não há políticas públicas destinadas a este segmento populacional. Envelhecer, para as travestis, torna-se luxo. Este trabalho é, pois, uma forma de contribuir para não cessar o debate e traz também consigo um apelo: que o debate transcenda os muros da academia e chegue aos populares. Desta maneira, garante-se os direitos humanos e sociais desta população cujas sobreviventes, que superam as estatísticas, envelhecem à própria sorte tendo, muitas vezes, que despirem-se de suas identidades para não serem revitimizadas pelos profissionais das casas de acolhimento institucional, sobretudo diante dos desmontes das parcas políticas públicas direcionadas ao segmento LGBT.

Dado o cenário de precarização das políticas públicas que o Brasil vem sofrendo, as travestis e transexuais que envelhecem, incapazes de dissimular sua identidade visível, dependem da iniciativa privada ou sensibilidade social para a promoção e garantia dos seus direitos, como é o caso da ONG Eternamente SOU, que busca atender as necessidades da população idosa LGBT, de responsabilidade cabível ao tripé: cidadão, família, sociedade.

Inegavelmente, a velhice acarreta implicações biopsicossociais e intersubjetivas que incide diretamente sobre a expectativa de vida das travestis, sobretudo em um contexto social marcado pelo preconceito e marginalização que torna a terceira idade deste grupo social torna-se artigo de luxo, dado que poucas passam dos 35 anos, idade alarmante tendo em vista a expectativa de vida da população brasileira gira em torno dos 75 anos.

Trazendo a discussão para o Serviço Social, a defesa intransigente dos direitos LGBT também é uma bandeira do nosso agir profissional. Por este motivo, no ano de 2020 foi lançado pelo CFESS o caderno “Serviço Social e diversidade trans” que é um

compilado de palestras sobre a temática ocorridas em 2015 na cidade de São Paulo. Eventos como este contribuem para a socialização do debate e informação, substituindo o preconceito por conceito e, dessa forma, dando plenitude à práxis, agindo para transformar.

Ainda no bojo da violação de direitos que empurra a comunidade trans para a margem, faz-se necessário o intervir macro, com a elaboração e implementação de políticas públicas a nível nacional, engendrando instrumentos de intervenção social tendo como alvo a comunidade trans, bem como o cumprimento de leis já existentes como o uso do nome social sem passar pelo crivo moral e subjetivo do profissional atendente do Sistema Único de Saúde, o SUS, evitando, assim, constrangimentos que revitimizam a população “T” as desencorajando a procurar os programas de saúde, também o incentivo à inserção das travestis e transexuais no mercado de trabalho.

Diante do exposto, temos o sentimento que o trabalho alcançou o seu objetivo inicial de trazer à reflexão crítica a problemática deste grupo marginalizado apenas por serem quem são, sendo a exclusão social o preço da liberdade. Pelo medo da vivência marginalizada muitas identidades são reprimidas no “querem ser, mas temem ser”. Fiéis ao projeto ético-político devemos lutar e ir de encontro à ideologia conservadora que age como arma de dominação das massas.

Cabe aos assistentes sociais fomentar a discussão além das academias para fortalecer as políticas sociais existentes, reivindicar a construção de novas políticas e o resgate de vínculos da política de assistência, a fim de conduzir travestis e trans à autonomia social, bem como construir subsídios teóricos que ajudem no intervir adequado às demandas da comunidade “T”.

Esperamos que com este trabalho tenhamos fomentado a curiosidade e o desejo de engajamento na luta pela libertação da consciência social a fim de promover a inclusão das travestis por meio da força transformadora da educação com elas e para elas.

A luta nunca termina.

## REFERÊNCIAS:

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo Vol. 2: A Experiência Vivida**, Difusão Europeia do Livro, 1967.

**BEAUVOIR**, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENEVIDES, Bruna; **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. ANTRA: 2018.

**Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CFESS-CRESS. **Sou assistente social e aqui estão minhas bandeiras de luta!** Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social, 2018.

CFESS. **Série assistente social no combate ao preconceito**. Caderno 4: transfobia. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2016.

**Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2013.

GARCIA, Marcos. **Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda**. Cadernos de Psicologia Social do trabalho, São Paulo, vol. 11. N.2 p. 241-256, jul. 2008.

GAULIA, Cristina. **Alterações do Registro Civil – Troca de Nome e Gênero**. Direito em Movimento, Rio de Janeiro, vol. 16, n.1, p.42-55, 1º sem, 2018.

HARARI, Yuval. **Sapiens: Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM Editores S. A., 2018.

HENNING, Carlos. **Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e constituição dos “idosos LGBT”**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 283-323, jan./abr. 2017.

KARNAL, Leandro. **Diálogo de Culturas**. São Paulo: Contexto, 2017.

KULICK, Don (tradução, Cesar Gordon). **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MARILAC, Luísa; QUEIROZ, Nana. **Eu, Travesti: memórias de Luísa Marilac**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2019.

MASCARO, Sônia. **O que é Velhice**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SEVERINO, Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

MÍCCOLIS, Leila; DANIEL, Hebert. **Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

MOIRA, Amara. **E Se Eu Fosse Puta**. São Paulo: Hoo Editora, 2020.

NETO, J. D. A. **Não se nasce travesti: a construção dos corpos no cotidiano da prostituição**. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2018.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. **O Brasil Fora do Armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

OLIVEIRA, Francine. **Gênero, cultura e o dispositivo da transexualidade: A formação da identidade travesti no Brasil**. Identidades literárias e suas apropriações, volume 10, número 1, p. 60-80, junho, 2017.

Observatório de pessoas trans assassinadas: **o Brasil é o que mais mata**. Instituto Patrícia Galvão. 2018. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/observatorio-de-pessoas-trans-assassinadas-brasil-e-o-que-mais-mata/>>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento**, 2002/ Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos. — Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. — p.49: 21 cm. – (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1).

PASCHOAL, Marcio. **Rogéria: uma mulher e mais um pouco**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.

RAMALHO, N. A. **“Virar Travesti”: Trajetórias de Vida, Prostituição e Vulnerabilidade Social**. Tese de Doutorado em Serviço Social – Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, p. 3, 2019.

SILVA, Livia *et al.* **Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais**. Revista Physis, Rio de Janeiro, Vol. 27, n. 3, p. 835-846, julho, 2017.

SOARES, João. **A Prostituição como Profissão: uma análise sob a ótica das profissionais do sexo**. Revista Saberes, Rolim de Moura, vol. 3. n.2, p. 63-74, dez. 2015.

SILVA, Bruna *et al.* **Transexuais, desigualdade e marginalização: o Serviço Social na luta contra à transfobia**. Trabalho de conclusão de curso – Faculdade Unida de Campinas. Goiânia, 2019.

SOUSA, Keila. **História: e assim nasceu o movimento nacional de travestis e transexuais**. Disponível em: <<https://antrabrazil.org/historia/>>. Acesso em: 24 de maio de 2021.

TREVISAN, João. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade**. 4.ed. rev. Atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.



VIEIRA, Willian. **A luta nunca termina: linha do tempo dos direitos lgfts no brasil e no mundo**. Revista Gama, São Paulo, 28 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://gamarevista.uol.com.br/semana/orgulho-de-que/linha-do-tempo-direitos-lgbt-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em: 24 de maio de 2021.

ZIGONE, Carmela. **Visibilidade trans 2019: resistências necessárias**. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/visibilidade-trans-2019-resistencias-necessarias/>>. Acesso em: 24 de maio de 2021.